

Municípios da região projetam queda na arrecadação com possível isenção de IR

Prefeituras alegam que compensações anunciadas pela União não neutralizam perda de arrecadação do imposto retido na fonte

TISA MORAES

Municípios de Bauri e região já projetam queda na arrecadação se a proposta do governo federal de isentar a cobrança de Imposto de Renda (IR) para quem recebe até R\$ 5 mil mensais, medida anunciada no fim de novembro e que ainda terá de ser votada pelo Congresso Nacional, com expectativa de vigorar a partir de 2026, passar. Em pronunciamento, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, garantiu que a medida terá "impacto zero" no caixa da União, a partir da taxa escalonada a quem possui renda superior a R\$ 50 mil, chegando à alíquota máxima de 10% aos ricos que ganham acima de R\$ 83,3 mil mensais.

A compensação, contudo, não será suficiente para impedir prejuízos aos cofres municipais, conforme alertam representantes de algumas prefeituras ouvidos pelo JC. Secretário de Finanças de Bauri, Everton Bastião destaca que a medida poderá ser eficaz, no melhor dos cenários, para neutralizar o impacto nos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), composto por 22,5% do que o governo federal arrecada com o Imposto de Renda (IR) e com o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Porém, lembra que não neutraliza a perda de arrecadação do imposto retido na fonte dos servidores da prefeitura, Câmara Municipal e DAE, e aposentados e pensionistas da Funprev, visto que ficam nos cofres do município o IR in-

OUTRO IMPACTO Prefeituras de cidades menores voltarão a pagar alíquota de 20% do INSS patronal

cidente sobre os rendimentos pagos pelo Executivo.

"Essa arrecadação gira em torno de R\$ 4 milhões a R\$ 5 milhões por mês. Com a isenção a quem ganha até R\$ 5 mil, a estimativa é de que perda mensal seja de R\$ 800 mil a R\$ 1 milhão. E, como nenhum servidor ganha acima de R\$ 50 mil, não haverá compensação, a não ser que o governo federal faça esse repasse. Caso contrário, seriam R\$ 10 milhões, R\$ 12 milhões a menos por ano. É uma situação temerária, porque teríamos de cortar despesas", descreve.

De janeiro a outubro de 2024, a prefeitura havia arrecadado R\$ 1,276 bilhão, sendo R\$ 91,5 milhões oriundos do FPM. A previsão até o fim do ano é de que os valores cheguem, respectivamente, a R\$ 1,515 bilhão e R\$ 105,7 milhões.

CIDADES MENORES

Para os municípios menores a situação é ainda mais preocupante, aponta o prefeito eleito de Boraceia, Marcos Bilancieri. Isso porque, em janeiro de 2025, entra em vigor a transição de três anos para o fim da desoneração da folha de pagamentos de 17 setores da economia e para a cobran-

ça de alíquota cheia do INSS patronal de prefeituras localizadas em cidades com até 156 mil habitantes.

Para estas, a contribuição previdenciária cobrada sobre a folha de pagamento dos servidores aumentará gradualmente, de 8% para 12% em 2025, de 16% em 2026, até voltar a 20% em 2027.

"Como Boraceia tem uma folha de R\$ 1,2 milhão a cada ano, neste período serão acrescidos pelo menos mais de R\$ 45 mil mensais de despesa com INSS. Além disso, como a grande maioria dos servidores recebe menos de R\$ 5 mil, a isenção de IR representaria uma perda de R\$ 45 mil a R\$ 50 mil ao mês em receita para a prefeitura", detalha Bilancieri.

Cidade com cerca de 4,7 mil habitantes, Boraceia pos-



Everton Bastião, secretário de Finanças de Bauri: preocupação

sua, atualmente, uma arrecadação anual de R\$ 38 milhões — sendo aproximadamente R\$ 11 milhões de FPM — e destina 5% deste montante para investimentos, o que corresponde a R\$ 760 mil. Trata-se de um

valor, portanto, menor do que o prejuízo de cerca de R\$ 1 milhão que teria entre aumento de custo e perda de receita. "Vamos ter de avaliar como adequar nosso planejamento orçamentário", lamenta.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal da Cidade - Bauri/SP

Seção: Política Pagina: 3